

REGRAS DE ELEGIBILIDADE DAS DESPESAS POCTEP 2021-2027

1. NORMATIVA

- ✓ Regulamento (UE) n.º 2021/1060 de disposições comuns
- ✓ Regulamento (UE) n.º 2021/1058 FEDER
- ✓ Regulamento (UE) n.º 2021/1059 Cooperação Territorial Europeia

Os Regulamentos anteriores estabelecem a seguinte hierarquia relativamente às regras de elegibilidade:

- 1) Normas estabelecidas nos **Regulamentos**
- 2) Normas estabelecidas pelo **Comité de Acompanhamento** para categorias de gastos não incluídas nos Regulamentos
- 3) **Normas nacionais** do Estado Membro do beneficiário para questões não contempladas nos Regulamentos nem pelo Comité de Acompanhamento, entre outras:
 - a. Em Espanha, Ordem HFP/1414/2023, de 27 de dezembro, pela qual se aprovam as normas sobre as despesas elegíveis dos programas financiados pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e pelo Fundo para uma Transição Justa para o período de 2021-2027.
 - b. Em Portugal, Decreto-Lei nº 20-A/2023 de 22 de março que estabelece o regime geral de aplicação dos fundos europeus do Portugal 2030 e do Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração para o período de programação de 2021-2027.

2. REGRAS DE ELEGIBILIDADE POCTEP

Para poder estabelecer **regras comuns** para o conjunto do Programa, de forma a que todos os beneficiários participantes nas operações possam ter uma regulamentação clara a este respeito, assim como facilitar o trabalho dos(as) responsáveis pelo controlo, o Comité de Acompanhamento aprova as seguintes Regras de Elegibilidade do Programa.

Estas regras baseiam-se na Regulamentação anteriormente indicada, nas fichas técnicas elaboradas pelo INTERACT em colaboração com a própria CE, assim como na experiência adquirida durante a gestão e o acompanhamento em períodos de programação anteriores.

A. CONSIDERAÇÕES GERAIS

Para que uma despesa seja considerada elegível, deve cumprir os seguintes **requisitos gerais**:

- Estar **diretamente relacionada** com a execução das **ações aprovadas** para a operação.

- Deve ser **necessária** para a consecução dos objetivos previstos. Quando as despesas não se considerem necessárias ou forem consideradas excessivas, serão eliminadas da base de cálculo ou ajustadas no momento da sua justificação.
- Deve cumprir os critérios de **eficiência, economia e eficácia**.
- As operações **não poderão ser selecionadas para receber ajuda FEDER se tiverem sido concluídas** materialmente, ou se foram integralmente executadas antes da apresentação da candidatura, independentemente de que se tenham efetuado todos os pagamentos.
- A despesa que passe a ser elegível como consequência de uma **modificação** substancial do projeto sê-lo-á, no caso de aprovação da mesma, e se realizada a partir da data de apresentação do pedido de modificação.

Para as despesas justificados a custo real ("Despesas de pessoal", "Custos relacionados com o recurso a competências e serviços externos", Custos com equipamentos" e "Custos com infraestruturas e de obras"), a despesa:

- Deve ser **realizada e paga pelo beneficiário** do projeto, salvo no caso das exceções contempladas na secção K relativas a colaborações e convenções.
- Deve ser realizada e paga **dentro do período de execução** do mesmo (datas de início e finalização), salvo no caso das exceções recolhidas na secção I. Deve poder comprovar-se o pagamento efetivo pelo correspondente movimento bancário dentro das datas de elegibilidade do projeto.
- Deve ser **verificável**: deve existir prova documental da sua realização, pagamento e contabilização, assim como do processo de contratação, se for o caso. Relativamente aos comprovativos da despesa, as faturas devem conter os detalhes que permitam identificar claramente o objeto da despesa faturada (evitando referencias genéricas) e a sua **relação com o projeto**. Na medida do possível, constará no corpo da fatura a referência ao projeto e ao Programa.
- Deve cumprir os princípios de **transparência, publicidade e livre concorrência** e, quando aplicável, a normativa pertinente em matéria de **contratação pública**. Devem também ter-se em consideração as normas relativas à subcontratação previstas nas correspondentes legislações nacionais.
- Deve cumprir os **princípios horizontais** em matéria de igualdade entre homens e mulheres, igualdade de oportunidades e não discriminação, acessibilidade para pessoas com deficiência e desenvolvimento sustentável.
- Deve cumprir com as **normas de Notoriedade, Transparência e Comunicação**
- A despesa imputada ao POCTEP **não pode ter sido já financiada** (total ou parcialmente) por fundos europeus, seja por outros fundos ou pelo mesmo fundo, no âmbito de outro Programa ou projeto.
- **Não** está permitida a **contratação entre beneficiários/sócios** para realizar atividades ou serviços no projeto
- **Não** está permitida a **autofaturação**.
- **Não** está permitida a contratação com entidades às quais o beneficiário se encontre legalmente vinculado, tenha participação ou pertença ao mesmo grupo empresarial, salvo o estabelecido no ponto L relativo a colaborações e convenções.

B. DESPESAS ELEGÍVEIS

As despesas elegíveis constam no artigo 5º do Regulamento (UE) 2021/1058.

O FEDER proporcionará ajuda para o seguinte:

- a) investimentos em infraestruturas;
- b) atividades de investigação aplicada e de inovação, incluindo investigação industrial, desenvolvimento experimental e estudos de viabilidade;
- c) investimentos no acesso aos serviços;
- d) investimentos produtivos em PME e investimentos destinados a salvaguardar os postos de trabalho existentes e a criar novos postos de trabalho. De igual modo poderão ser financiados investimentos produtivos em empresas que não sejam PME's quando forem cumpridos os requisitos estabelecidos no ponto 2 do artigo 5 do Regulamento 2021/1058.
- e) equipamentos, *software* e ativos intangíveis;
- f) atividades em redes, cooperação, intercambio de experiências e atividades que envolvam polos de inovação, inclusive entre empresas, organismos de investigação e autoridades públicas;
- g) informação, comunicação e estudos, e
- h) assistência técnica.
- i) a partilha de instalações e recursos humanos;
- j) investimentos imateriais conexos e outras atividades relacionadas com o objetivo político "Uma Europa mais social e inclusiva" no âmbito do Fundo Social Europeu Plus, tal como estabelecido no Regulamento (UE) 2021/1057.

C. DESPESAS NÃO ELEGÍVEIS

As despesas não elegíveis constam nos artigos 64º do Regulamento (UE) 2021/1060, 7º do Regulamento (UE) 2021/1058 e 38.2 do Regulamento (UE) 2021/1059, e podem ser resumidas em:

- Juros sobre dívidas.
- Juros de mora
- Sobretaxas, multas, sanções financeiras e despesas judiciais e de contencioso.
- Custos de donativos.
- Custos relacionados com a flutuação das taxas de câmbio.
- O imposto sobre o valor acrescentado que seja recuperável, com as exceções da secção "G. Elegibilidade do Imposto sobre o Valor Acrescentado" deste documento
- Os impostos pessoais sobre o rendimento
- Na aquisição de bens e serviços através de contratos públicos:
 - Os descontos efetuados
 - Os pagamentos efetuados pelo contratante à Administração a título de taxa de direção de obras, controlo de qualidade ou quaisquer outros conceitos que impliquem rendimentos ou descontos derivados da execução do contrato.
- Despesas de apoio à relocalização.
- Desmantelamento ou construção de centrais nucleares
- Investimento destinado a reduzir as emissões de gases com efeito de estufa provenientes das atividades enumeradas no anexo I da Diretiva 2003/87/CE

- A produção, transformação e comercialização de tabaco e de produtos do tabaco
- As empresas em dificuldade, na aceção do artigo 2º, ponto 18, do Regulamento (UE) nº 651/2014, a menos que seja autorizado ao abrigo de auxílios de minimis ou de regras temporárias em matéria de auxílios estatais estabelecidas para fazer face a circunstâncias excecionais
- Investimentos em infraestruturas aeroportuárias, exceto para as regiões ultraperiféricas ou em aeroportos regionais, na aceção do artigo 2º, ponto 153, do Regulamento (UE) nº 651/2014, existentes, em qualquer dos seguintes casos:
 - 1) em medidas de atenuação do impacto meio ambiental, ou
 - 2) em sistemas de proteção, de segurança e de gestão do tráfego aéreo resultantes do projeto de investigação e desenvolvimento da gestão do tráfego aéreo no céu único europeu que visa modernizar a gestão do espaço aéreo;
- Investimento na deposição de resíduos em aterros, exceto para investimentos no desmantelamento, reconversão ou segurança de aterros existentes, desde que estes investimentos não aumentem a capacidade desses aterros
- Investimentos destinados a aumentar a capacidade das instalações de tratamento da fração resto dos resíduos, exceto os investimentos em tecnologias destinadas a recuperar materiais resultantes da fração resto dos resíduos, par fins da economia circular
- Investimento relacionado com a produção, transformação, transporte, distribuição, armazenamento ou combustão de combustíveis fósseis, com as seguintes **exceções**:
 - 1) a substituição de sistemas de aquecimento alimentados a combustíveis fósseis sólidos, concretamente carvão, turfa, lenhite, xisto betuminoso e sistemas de aquecimento alimentados a gás, para os seguintes fins:
 - modernização dos sistemas de aquecimento e arrefecimento urbanos para que tenham o estatuto de “rede de aquecimento e arrefecimento urbano eficiente” na aceção do artigo 2º, ponto 41 da Diretiva 2012/27/UE,
 - modernização das centrais de produção combinad de calor e eletricidade para que tenham o estatuto de centrais de “cogeração de elevada eficiência”, na aceção do artigo 2º, ponto 34, da Diretiva 2012/27/UE,
 - caldeiras e sistemas de aquecimento a gás natural nas habitações e edifícios, em substituição de instalações alimentadas a carvão, turfa, lenhite ou xisto betuminoso.
 - 2) Investimento na expansão e reorientação, conversão ou adaptação de redes de transporte e distribuição de gás, desde que estes investimentos preparem estas redes para acrescentar ao sistema gases renováveis e hipocarbónicos, como o hidrogénio, o biometano e o gás de síntese, e permitam a substituição de instalações alimentadas a combustíveis fósseis sólidos
 - 3) Investimento em:
 - veículos não poluentes, na aceção da Diretiva 2009/33/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, para fins públicos, e
 - veículos, aeronaves e navios concebidos e construídos ou adaptados para utilização pelos serviços de proteção civil e bombeiros.

Além disso, por decisão do Comité de Acompanhamento, não se consideram elegíveis:

- a) Contribuições em espécie.
- b) Despesas bancários derivados de transações financeiras nacionais.

D. CATEGORIAS DE DESPESA E OPÇÕES DE SIMPLIFICAÇÃO

O Regulamento (UE) n.º 2021/1059 recolhe as normas de elegibilidade das despesas para os programas de cooperação, estabelecendo **6 categorias de despesas**:

- a) Custos com pessoal
- b) Custos com instalações e custos administrativos
- c) Custos de deslocação e de alojamento
- d) Custos relacionados com o recurso a competências e serviços externos
- e) Custos de equipamento
- f) Custos de infraestruturas e de obras

Para cada categoria de despesa existe uma ficha específica com as regras de elegibilidade e as opções de simplificação aprovadas para cada uma delas, que agora se resumem na seguinte tabela:

CATEGORIAS	SIMPLIFICAÇÃO	CERTIFICAÇÃO
Custos com pessoal	% de dedicação fixo	Custo real
Custos com instalações e custos administrativos	15% de pessoal	Montante fixo
Custos de deslocação e de alojamento	8% de pessoal	Montante fixo
Custos relacionados com o recurso a competências e serviços externos	-	Custo real
Custos de equipamentos	-	Custo real
Custos de infraestruturas e de obras	-	Custo real

E. NORMATIVA APLICÁVEL EM MATÉRIA DE CONTRATAÇÃO

O cumprimento da legislação comunitária e nacional em matéria de contratação é uma questão de especial incidência e importância no que respeita à elegibilidade da despesa.

Os beneficiários aos quais seja aplicável a legislação aplicável em matéria de **contratação pública** deverão cumprir estritamente a mesma.

Os beneficiários aos quais, pela sua natureza, não seja aplicável a legislação de contratação pública, deverão garantir que, nos seus processos de contratação são respeitados os seguintes **princípios**:

- Princípio da transparência e publicidade.
- Princípio da concorrência.
- Princípio da igualdade de tratamento.
- Princípio da não discriminação.

O cumprimento destes princípios deverá ser verificável. Para tal, estes beneficiários colocarão à disposição dos órgãos de controlo do Programa **instruções internas** que assegurem a efetividade do seu cumprimento. Estas instruções deverão estar disponíveis em Interreg (entorno CoFFEE) no momento da declaração da despesa, assim como no perfil do contratante ou figura semelhante da entidade.

Não obstante, independentemente de a legislação relativa à contratação pública é ou não de aplicação, com carácter excecional, e por questões de eficácia, para os contratos menores de 5000,00 € (sem IVA), não será um requisito obrigatório solicitar 3 orçamentos, salvo que a legislação aplicável à entidade assim o obrigue.

Com o fim de evitar o fracionamento dos contratos, não serão elegíveis as despesas associadas a contratos que, no âmbito de um projeto, sejam adjudicados a um mesmo prestador de serviços por mais de um beneficiário, quando as tarefas a executar sejam da mesma natureza.

No caso de **despesas comuns a todo o partenariado**, tendo em conta que a experiência demonstrou que a sua gestão e posterior justificação não resulta fácil, recomenda-se a distribuição das tarefas comuns entre os beneficiários, de modo que exista um único responsável pela gestão e pagamento de cada despesa comum (por exemplo, um beneficiário encarrega-se do contrato de assistência técnica do projeto, outro do desenvolvimento da página Web, etc.). Desta forma as ações são distribuídas entre os membros do partenariado, mas não os custos associados às mesmas.

Em qualquer caso, se se optar por despesas comuns, será um único beneficiário o encarregado da contratação, podendo repartir os pagamentos entre todos os beneficiários (sempre que os departamentos responsáveis pela fiscalização, contabilização e pagamento dos mesmos o permitam), devendo constar claramente as responsabilidades e a distribuição das tarefas entre os beneficiários.

F. OPERAÇÕES FORA DO TERRITÓRIO

A totalidade ou parte de uma operação poderá executar-se fora do território do Programa, sempre que **contribua para os objetivos** do mesmo. Não obstante, em cada convocatória poderão estabelecer-se condições específicas a este respeito.

No momento de associar a NUT III à despesa deve-se ter em conta o seguinte:

- Para as infraestruturas, bens imóveis, bens de equipamento e outros elementos: no lugar onde o investimento se localiza fisicamente.
- Para o pessoal, onde se encontre o centro ao qual está afeto.

G. ELEGIBILIDADE DO IMPOSTO SOBRE O VALOR ACRESCENTADO

A elegibilidade do IVA será **determinada pelo custo total da operação e pela natureza do beneficiário**:

- o Para operações com um custo total (incluindo IVA) **inferior a 5 milhões de euros**, o IVA será uma despesa elegível, salvo se o beneficiário estiver sujeito ao

Regulamento 651/2014 sobre Isenção por Categorias (RGIC) ou receber uma ajuda *de minimis*, caso em que, independentemente da quantia da operação, o I.V.A. recuperável não será elegível.

- Para operações com um custo total (incluindo IVA) **igual ou superior a 5 milhões de euros**, o IVA será uma despesa elegível quando não seja recuperável de acordo com a legislação nacional sobre esta matéria.

Para as entregas ou aquisições de bens e prestações ou aquisições de serviços com outros Estados membros da União Europeia, cumprir-se-á o estabelecido na normativa sobre o **IVA intracomunitário**.

H. ARQUIVO DIGITAL E PISTA DE AUDITORIA

Como mínimo, os documentos identificados na secção pista de auditoria para cada tipologia de gasto deverão **ser incorporados obrigatoriamente no Interreg (Entorno CoFFEE)**. A sua omissão dará origem à não elegibilidade da despesa. Além disso, o beneficiário poderá incorporar ao longo do circuito financeiro a documentação que considere necessária ou que seja requerida para justificar que a despesa realizada cumpre as condições das fichas técnicas, segundo a sua categoria de despesa.

Para os custos de pessoal existe em Interreg (Entorno CoFFEE) um **registo de trabalhadores** ao qual se incorporará, para cada trabalhador, os documentos justificativos dos custos de pessoal do mesmo, que possam ser comuns a várias linhas de despesa ou a vários projetos, assim como a sua imputação aos mesmos.

Do mesmo modo, também existe em Interreg (Entorno CoFFEE) um **registo de contratos**, ao qual se incorporará toda a documentação relativa ao mesmo que possa ser comum a várias linhas de despesa ou, inclusive, a vários projetos.

Em todo o caso, durante qualquer das etapas/fases de controlo das despesas declaradas pelo beneficiário, o **controlador/auditor poderá solicitar documentação** que não esteja incluída na secção de pista de auditoria das fichas técnicas, por a considerar necessária para a verificação do cumprimento dos requisitos de elegibilidade dos mesmos.

Em **cada linha de despesa** ou registo existe uma ligação “Documentos” à qual se acrescentarão todos os ficheiros que servem de pista de auditoria para essa linha de despesa e que não se tenham acrescentado aos registos de pessoal ou contratos.

Se, durante o processo de verificação, validação e auditoria, for solicitada ao beneficiário nova informação, este deverá incorporá-la ao registo de despesa associado ou na secção de “dDocumentos”.

I. GASTOS EXECUTADOS E PAGOS POSTERIORMENTE À DATA DE FINALIZAÇÃO DO PROJETO

Como regra geral, para que as despesas sejam elegíveis, devem **ser efetuadas e pagas dentro das datas de início e fim** aprovadas para a operação.

Não obstante, existem **exceções** a esta regra geral, que serão de aplicação no encerramento do projeto:

- Consideram-se elegíveis os gastos de segurança social, IRPF e IVA ivencidas no período de execução do projeto e pagas posteriormente, desde que se encontrem dentro do período de execução do Programa.
- Considera-se elegível, para os beneficiários que estão sujeitos à obrigação de contratar controlador de primeiro nível, que a fatura da última verificação possa ter uma data de execução e pagamento posterior à data de conclusão do projeto, desde que esteja dentro do período de execução do Programa.

J. DESPESAS DE PREPARAÇÃO

As despesas de preparação e/ou reformulação de candidaturas devem estar previstas e incluídas na Atividade 5 de Gestão e Coordenação. Serão elegíveis quer sejam executadas através de prestações de serviços, ou de custos com pessoal, sendo que para este último caso, poderão ser imputados os custos de 1 pessoa até um máximo de 100% durante os períodos em que se encontre aberta a convocatória ou a reformulação.

Para ser elegíveis, deverão cumprir uma série de requisitos:

- o Ter sido realizadas entre a data de início aprovada para o projeto e a data de apresentação da última versão da candidatura
- o Certificar-se na primeira validação de despesas apresentada pelo beneficiário

K. CONTABILIDADE DIFERENCIADA

O artigo 74º do Regulamento (UE) n.º 2021/1060 regista a obrigação de manter, para aquelas despesas reembolsadas a custo real, **registos contabilísticos independentes ou os códigos contabilísticos apropriados** para todas as transações relacionadas com a operação, pelo que:

- ou a entidade beneficiária tem implementado um sistema de contabilidade separada, sendo admissível, para o caso dos custos com pessoal, uma listagem das pessoas com a despesa associada, incluindo também a identificação do assento contabilístico que demonstra a referida despesa.
- ou se atribui um código contabilístico adequado a todas as transações relacionadas com uma operação, incluindo as despesas pessoal.

L. DESPESAS NO CONTEXTO DE COLABORAÇÕES OU CONVENÇÕES

De um modo geral, um beneficiário só pode declarar despesas que tenham sido executadas e pagas pelo mesmo.

No entanto, há situações excepcionais em que uma **entidade com personalidade jurídica diferente do beneficiário** pode participar na execução de determinadas atividades, e cujas despesas podem ser consideradas elegíveis, desde que esteja previsto na operação vigente.

Nestas situações (cedência de pessoal, convenções de colaboração, delegações de gestão, meios próprios, contratos in house providing, etc.) cumprir-se-á o que está disposto na legislação aplicável.

A documentação relativa a estas colaborações deverá ser incorporada no arquivo digital como parte da pista de auditoria.

A. PAGOS

Para que uma despesa seja elegível, deve-se comprovar o pagamento efetivo pelo respetivo movimento bancário dentro das datas de elegibilidade do projeto.

Neste sentido convém esclarecer que, para que uma despesa seja elegível, deverá existir um comprovativo bancário que permita verificar se o pagamento efetivo foi efetuado dentro do período de elegibilidade do projeto. A data a ter em consideração será a data **valor**, e o pagamento deverá estar claramente identificado caso se inclua numa remessa de pagamentos.

No caso de contratos de externalização de gestão de pagamentos (**confirming**) só será elegível a despesa relativamente à qual se possa verificar, **de forma inequívoca**, que foi efetiva e integralmente paga pelo beneficiário à instituição financeira com a qual tem o contrato de confirming, dentro do período de elegibilidade da operação. Neste caso, a data de pagamento para todas as faturas pagas mediante confirming será a do beneficiário à instituição financeira.

Quando se utilizarem documentos de compromisso de realização de despesa, letras de câmbio ou outros efeitos cambiais, as despesas só serão consideradas como pagas quando o pagamento das mesmas se tiver tornado realmente efetivo dentro do período de elegibilidade do projeto.

B. DACI: Declaração de ausência de conflito de interesses

No âmbito das medidas antifraude, os órgãos gestores têm a obrigação de estabelecer um sistema de prevenção de risco em matéria de conflito de interesses. Um dos elementos deste sistema consiste nas "Declarações de Ausência de Conflito de Interesses" (DACI) que devem ser preenchidas por todas as pessoas que intervêm de forma direta ou indireta nas diferentes fases dos procedimentos de contratação e atribuição de subsídios ou incentivos, e mais concretamente:

- a). Contratos: órgão de contratação unipessoal e membros do órgão de contratação conjunto, assim como membros do Órgão conjunto de assistência ao órgão de contratação.
- b). Subvenções: órgão competente para a concessão e membros dos Órgãos conjuntos de avaliação de pedidos.

Neste sentido, anexa-se o Modelo de DACI que poderá ser utilizado nos procedimentos de contratação. Devem ser assinadas tantas DACIs como pessoas participem na contratação.